

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

CONCURSO nº 1/2013

Licitação regida pela Lei nº 8.666/1993.

Objeto

SELEÇÃO DE DOCUMENTÁRIOS BRASILEIROS DE MÉDIA DURAÇÃO, DESTINADOS À VEICULAÇÃO NA TV JUSTIÇA.

RECEBIMENTO DOS DOCUMENTOS

Data: 23/12/2013

Horário: 14h

Local:

Supremo Tribunal Federal, Edifício Anexo I, Garagem, Sala de Reuniões da Comissão Permanente de Licitação. Praça dos Três Poderes, Brasília - DF, CEP 70175-900.

**Comissão
Permanente de
Licitação - CPL**

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - CPL

Supremo Tribunal Federal, Edifício Anexo I, 2º andar, Sala B - 202.

Praça dos Três Poderes, Brasília - DF, CEP 70.175-900.

Telefone: (61) 3217-3184

Fax: (61) 3217-3128, 3217-3146, 3217-3182 e 3217-3185

e-mail: cpl@stf.jus.br

CONCURSO Nº 1/2013

Data: 23/12/2013 (recebimento da documentação)
Horário: 14h
Local: Supremo Tribunal Federal, Edifício Anexo I, Garagem, Sala de Reuniões da Comissão Permanente de Licitações. Praça dos Três Poderes, Brasília - DF, CEP 70.175-900
Base legal: Lei nº 8.666/1993 e suas alterações

O Supremo Tribunal Federal torna público que realizará Concurso nº 1/2013, para selecionar o objeto abaixo descrito. A documentação será recebida na sessão pública a ser realizada na data e horário acima mencionados. Esta licitação, autorizada no Processo nº 352.312, fl. 99, será regida pela Lei nº 8.666/1993 e pelas condições constantes neste Edital.

SEÇÃO I - DO OBJETO

A presente licitação tem por objeto a seleção de 52 (cinquenta e dois) documentários brasileiros de média duração, com, no mínimo, 20 (vinte) minutos e, no máximo, 59 (cinquenta e nove) minutos, destinados à veiculação na TV Justiça pelo período de 24 (vinte e quatro) meses, conforme as especificações e condições estabelecidas no Anexo I do Edital – Projeto Básico.

SEÇÃO II - DA INSCRIÇÃO

A inscrição deverá ser realizada, obrigatoriamente, por meio do envio postal com AR (aviso de recebimento) ou entrega da documentação completa impressa e dos 5 (cinco) DVDs indicados no item 2.11 deste edital na Comissão Permanente de Licitação, <u>em um único envelope.</u>	PRAZO PARA INSCRIÇÃO
	Até dia 23/12/2013

Endereço para envio do envelope	“1º CONCURSO DE DOCUMENTÁRIOS DA TV JUSTIÇA” COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO Supremo Tribunal Federal, Edifício Anexo I, 2º andar, Sala B-202. Praça dos Três Poderes, Brasília - DF, CEP 70.175-900.
--	--

2.1. A inscrição deverá ser realizada, obrigatoriamente, por meio do envio postal com AR (aviso de recebimento) ou entrega da documentação completa impressa e dos 5 (cinco) DVDs indicados no item 2.1 deste edital, em um único envelope.

2.2. O endereço para o envio da inscrição é:

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO Supremo Tribunal Federal, Edifício Anexo I, 2º andar, Sala B-202. Praça dos Três Poderes, Brasília - DF, CEP 70.175-900.
--

2.3. O Supremo Tribunal Federal não se responsabiliza pelo atraso na remessa da documentação para inscrição, por seu extravio ou por danos materiais a ela(s) causados.

2.4. O material enviado para inscrição não será devolvido.

2.5. Poderão inscrever documentários para o concurso pessoas físicas e/ou jurídicas, instituições privadas ou públicas, desde que detentoras dos direitos patrimoniais das obras audiovisuais. **(Anexo E do Projeto Básico).**

2.6. Não poderão ser inscritos vídeos institucionais e promocionais de qualquer natureza.

2.7. Não poderão participar do concurso membros da comissão julgadora, bem como seus parentes consanguíneos e afins até o 3º grau, servidores do Supremo Tribunal Federal ocupantes de cargo efetivo (ativos e inativos) ou cargo em comissão ou função comissionada ou de natureza especial, contratadas que prestam serviços para o STF, sócios ou trabalhadores dessas empresas. **(Anexo F do Projeto Básico).**

2.8. Não serão aceitas inscrições de documentários cujos direitos de exibição já tenham sido cedidos ao Supremo Tribunal Federal. **(Anexo G do Projeto Básico).**

2.9. A inscrição no concurso é gratuita.

2.10. Cada pessoa física e/ou jurídica só poderá inscrever até três documentários dos quais detenha o direito patrimonial.

2.11. A inscrição será efetivada quando do recebimento, pela Comissão Permanente de Licitação, dos seguintes itens:

- a) **Formulário de inscrição** impresso, conforme modelo constante do **Anexo B** deste Edital, devidamente preenchido e assinado pelo titular dos direitos patrimoniais da obra;
- b) 5 (cinco) cópias do documentário em formato DVD, juntamente com 5 (cinco) declarações contendo o título da obra, nome do diretor, tempo de duração, tema e sinopse. Os DVDs devem estar identificados com o título da obra e o nome do diretor;
- c) declarações necessárias (**Anexos E, F e G do Projeto Básico**).

2.12. As obras inscritas deverão atender às seguintes exigências:

- a) terem duração de, no mínimo, 20 (vinte) minutos e, no máximo, 59 (cinquenta e nove) minutos, incluindo os créditos finais;
- b) serem filmadas originalmente em formato para *broadcast*, em qualidade SD (*standard*) ou superior.

2.13. No caso de desconformidade com as regras constantes deste Edital, a inscrição do candidato não será deferida.

2.14. A qualquer tempo, a inscrição poderá ser anulada e/ou tornada sem efeito, em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o deferimento da inscrição, como falsidades ou inexatidões de declarações ou informações prestadas pelo candidato nos documentos solicitados neste Edital.

2.15. A inscrição no concurso implica o conhecimento e a tácita aceitação das normas e condições estabelecidas neste Edital, em relação às quais não poderá alegar desconhecimento.

SEÇÃO III - DOS PROCEDIMENTOS E CRITÉRIOS PARA JULGAMENTO DOS DOCUMENTÁRIOS

3.1. Os documentários cujas inscrições tenham sido deferidas serão avaliados pela Comissão Especial, designada por Portaria, constituída por servidores do STF.

3.2. A Comissão julgará os documentários inscritos pelos critérios descritos nos itens 3.3 e 3.4 deste edital, que foram definidos de forma a possibilitar a avaliação do desenvolvimento do argumento, dos aspectos narrativos e da técnica audiovisual.

3.3. O critério de **desenvolvimento do argumento e dos aspectos narrativos** tem como escopo avaliar como o argumento do documentário foi desenvolvido pela equipe de produção e julgar os aspectos da narrativa utilizada, segundo os seguintes critérios:

a) Adequação a um dos eixos temáticos:

Verifica se o documentário a ser avaliado aborda um ou mais dos eixos e temas descritos no **Anexo I**. A pontuação vai de 0 (zero) a 5 (cinco), sendo que 0 (zero) equivale a não-abordagem de nenhum eixo ou tema indicado e 5 (cinco) equivale a uma perfeita abordagem de um ou mais eixos.

b) Adequação ao perfil de programação da TV Justiça:

Avalia o potencial que tem o documentário de aproximação ao perfil atual da programação da TV Justiça. A pontuação vai de 0 (zero) a 5 (cinco), sendo que 0 (zero) equivale a inadequado e 5 (cinco) equivale à perfeita adequação.

c) Potencial para atrair o interesse do público para o argumento:

Avalia se o tema abordado é relevante e tem potencial para atrair público. A pontuação vai de 0 (zero) a 5 (cinco), sendo que 0 (zero) corresponde a tema irrelevante e não-atrativo e 5 (cinco) a tema relevante que pode despertar grande interesse e atrair público.

d) Originalidade na abordagem audiovisual:

Avalia se as estratégias de abordagem da história e do tema do documentário apresentam características originais dentro da narrativa utilizada. A pontuação vai de 0 (zero) a 5 (cinco), sendo que 0 (zero) equivale a abordagem nada original e 5 (cinco) equivale a abordagem extremamente original.

e) Propriedade da linguagem:

Avalia se o documentário utiliza apropriadamente os aspectos da linguagem audiovisual na abordagem do tema apresentado. A pontuação vai de 0 (zero) a 5 (cinco), sendo que 0 (zero) equivale a abordagem ineficiente e inapropriada e 5 (cinco) equivale a abordagem eficiente e apropriada.

3.4. O critério de análise da técnica audiovisual tem como propósito avaliar a aplicação de recursos tecnológicos do filme para garantir a qualidade técnica das obras selecionadas, de acordo com os seguintes critérios:

a) Argumento e roteiro:

Avalia se o argumento e o roteiro do documentário foram bem desenvolvidos, levando em consideração a estrutura narrativa, o aproveitamento dos personagens e o aprofundamento do tema. A pontuação vai de 0 (zero) a 5 (cinco), sendo que 0 (zero) equivale a narrativa que não transmite o conteúdo de maneira eficaz e 5 (cinco) equivale a narrativa excelente e coerente com o tema.

b) Direção de documentário:

Avalia as opções audiovisuais escolhidas pelo diretor na forma de retratar os elementos do documentário, considerando a interação entre os elementos técnicos, como iluminação, enquadramentos, movimentos de câmera, som e

edição de áudio, e também sua relação com o conteúdo retratado. A pontuação vai de 0 (zero) a 5 (cinco), sendo que 0 (zero) equivale a trabalho de direção ineficaz e 5 (cinco) equivale a trabalho de direção excelente.

c) Som e trilha sonora:

Avalia a qualidade técnica do som direto captado e as opções feitas durante a edição de som a fim de aprimorar a qualidade do som direto e de proporcionar efeito dramático à obra, incluindo sua trilha sonora. A pontuação vai de 0 (zero) a 5 (cinco), sendo que 0 (zero) equivale a captação de áudio de baixa qualidade ou a utilização de elementos sonoros inadequada, e 5 (cinco) equivale a áudio de boa qualidade e uma utilização eficaz dos elementos sonoros inseridos na edição de som do documentário.

d) Fotografia:

Avalia a qualidade da imagem captada, considerando a melhor utilização da iluminação e enquadramentos, e sua adequação aos conteúdos retratados. A pontuação vai de 0 (zero) a 5 (cinco), sendo que 0 (zero) equivale a imagem de péssima qualidade ou inadequada à narrativa e 5 (cinco) equivale à excelência técnica e coerência com o conteúdo retratado.

e) Montagem:

Avalia as técnicas de montagem, considerando a imposição de ritmo e fluidez às sequências retratadas, além das opções estilísticas de efeitos e transições e a adequação delas ao conteúdo abordado. A pontuação vai de 0 (zero) a 5 (cinco), sendo que 0 (zero) equivale a montagem carente de ritmo e com opções estilísticas incoerentes com o tema e 5 (cinco) equivale a montagem fluida e coerente com o tema proposto.

3.5. Cada documentário inscrito será analisado por 3 (três) membros da Comissão Especial individualmente, mediante pontuação de 0 (zero) a 5 (cinco) para cada um dos critérios constantes da Ficha de Avaliação da Obra.

3.6. Serão utilizados os seguintes conceitos e fórmulas para o cálculo da pontuação:

PF – Pontuação Final: é a soma dos pontos atribuídos a cada critério (itens 3.3 e 3.4 deste edital) da Ficha de Avaliação, pelos integrantes da Comissão Especial, ao documentário analisado. A pontuação máxima, dada por cada um dos três membros da Comissão Especial na Ficha de Avaliação é de 50 (cinquenta) pontos, chegando-se a um total máximo de 150 pontos, com as três análises, por documentário.

3.7. A Pontuação Final será usada para classificação final dos documentários.

3.8. Em caso de empate na Pontuação Final, o critério usado para desempate será, na ordem: (1) o de maior adequação ao perfil da programação da TV Justiça (item 3.3 b); (2) originalidade na abordagem audiovisual (item 3.3 d). Caso persista o empate no critério, a vencedora será a de maior duração em minutos e segundos. Persistindo o empate, far-se-á sorteio, de acordo com o § 2º, do Artigo nº 45, da Lei 8.666/93.

3.9. Somente serão considerados, para efeito da classificação final, os documentários que obtiverem Pontuações Finais (PF) acima da nota de corte igual ou maior a 75 (setenta e cinco) pontos, ou 50% do total.

3.10. Depois que forem selecionados os 52 (cinquenta e dois) documentários que terão sua licença de exibição por 2 (dois) anos adquirida pela TV Justiça, os documentários que tiverem Pontuações Finais (PF) iguais ou superiores a 75 (setenta e cinco) pontos farão parte de um cadastro de reserva.

3.11. O cadastro de reserva poderá ser usado nas seguintes situações, a critério da Comissão Especial: no caso de desclassificação de projeto selecionado, mas descartado pela não-apresentação dos itens listados no item 4.2 deste edital, ou pela não-apresentação da cópia do filme para exibição adequada aos formatos definidos de acordo com o item 5.1 deste edital.

3.12. A lista dos documentários selecionados será publicada no endereço eletrônico do Supremo Tribunal Federal.

3.13. O prazo para interposição de recurso em relação aos documentários selecionados será de 5 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de divulgação da lista de documentários selecionados de que trata o item 3.12 deste edital.

SEÇÃO IV – DA PREMIAÇÃO E DO PAGAMENTO

4.1. Cada um dos documentários selecionados receberá a importância de **R\$ 5.000,00** (cinco mil reais), em parcela única, pela concessão do direito de transmissão pela TV Justiça pelo período de 24 (vinte e quatro) meses.

4.2. O pagamento dos prêmios ficará condicionado à assinatura do **TERMO DE LICENCIAMENTO**, na forma da minuta que se encontra no Anexo D deste Edital, à entrega das mídias no formato especificado e à comprovação da regularidade fiscal e jurídica dos detentores dos direitos patrimoniais do documentário, em especial, à apresentação dos seguintes itens:

a) Documentação necessária para pessoas físicas:

- a.1) Certidão negativa de débitos fiscais com a Receita Federal;
- a.2) Cópia do Certificado de Produto Brasileiro (CPB) e do Registro do Título, emitido pela Agência Nacional de Cinema (Ancine);
- a.3) Classificação indicativa do documentário emitida pelo Ministério da Justiça.

b) Documentação necessária para pessoas jurídicas:

- b.1) Certidão Negativa de Débito – CND, comprovando regularidade com o INSS;

- b.2) Certificado de Regularidade do FGTS – CRF, comprovando regularidade com o FGTS;
- b.3) Certidão Conjunta Negativa de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, expedida pela Secretaria da Receita Federal;
- b.4) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT, expedida pela Justiça do Trabalho, comprovando a inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho;
- b.5) prova de regularidade com as Fazendas Estadual e Municipal do domicílio ou sede da adjudicatária.
- b.6) Cópia do Certificado de Produto Brasileiro (CPB) e do Registro do Título, emitido pela Agência Nacional de Cinema (Ancine);
- b.7) Classificação indicativa do documentário emitida pelo Ministério da Justiça.

4.3. O prazo máximo para apresentação dos documentos previstos no item 4.2 deste edital e para assinatura do Termo de Licenciamento é de 60 (sessenta) dias corridos, contados da publicação do resultado final do concurso, sob pena de o documentário ser automaticamente desclassificado e a obra com classificação imediatamente posterior ser selecionada. Os documentos deverão ser encaminhados à TV Justiça, Edifício Sede, Subsolo.

4.4. O pagamento será realizado em até 10 (dez) dias do recebimento dos documentos descritos no item 4.2 deste edital.

4.5. O pagamento do prêmio estará sujeito às retenções previstas na legislação tributária, e o valor líquido será creditado em conta bancária a ser indicada pelo detentor do direito patrimonial do documentário a ser licenciado.

4.6. A conta bancária para pagamento do valor pela licença de exibição dos documentários deverá estar no mesmo nome da pessoa natural e/ou jurídica que fez a inscrição e que é detentora dos direitos patrimoniais da obra.

4.7. Caso algum dos vencedores do concurso não comprove regularidade fiscal ou não assine o Termo de Licenciamento, ele será desclassificado e convocado o primeiro do cadastro de reserva.

SEÇÃO V – DAS OBRIGAÇÕES DOS PREMIADOS

5.1. Os titulares dos direitos patrimoniais deverão entregar, dentro do mesmo prazo previsto no item 4.3 deste edital, uma cópia do documentário em formato DVCam, XDCam ou em arquivo .MOV em HD externo formatado para Windows, a ser descarregado em ilha de edição da TV Justiça, com as seguintes especificações técnicas:

- a) manutenção da saturação e fase de cores corretas em todas as cenas, conforme sinal de teste “color bars” SMPTE, 75%, gravados no início do vídeo, com sinal áudio tone de 1kHz nos canais 1 e 2 modulado em 0dBm.
- b) formato das imagens padrão NTSC/4:3, com iluminação e exposição das câmeras (diafragma) corretas, salvo intervenções artísticas; e
- c) manutenção dos corretos níveis de vídeo: vídeo normal a 100 IRE; “color burst” a 40 IRE; “white clip” máximo a 100 IRE; preto a 7,5 IRE; SYNC a - 40 IRE.
- d) Áudio OVU + 4dBm é o nível de calibração padrão. Nível indicado pela marca de zero em um medidor VU: 0VU = +4 dBm = 1.228VRMS.

5.2. Entregar toda a documentação prevista no item 4.2 deste Edital.

SEÇÃO VI – DO TERMO DE LICENCIAMENTO

- 6.1. A licença será pelo prazo de 24 (vinte e quatro) meses, contados a partir da data de assinatura do licenciamento, sem limite de exibições pelos canais da TV Justiça.
- 6.2. Os responsáveis pelas obras selecionadas no concurso deverão providenciar e apresentar a classificação indicativa do documentário feita pelo Ministério da Justiça.
- 6.3. A TV Justiça poderá incluir os documentários em seu catálogo de exibições, assim como disponibilizá-los para exibição em seu site na Internet.

SEÇÃO VII – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

A despesa decorrente desta licitação correrá à conta de recursos consignados ao STF no Orçamento Geral da União de 2013, Programa de Trabalho: 02.131.0565.2549.0001 – Comunicação e Divulgação Institucional, Natureza da Despesa: 33.90.36 - Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física.

SEÇÃO VIII – DA ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA

Ocorrendo atraso no pagamento, e desde que para tal não tenha concorrido de alguma forma a adjudicatária, haverá incidência de atualização monetária sobre o valor devido, pela variação acumulada do Índice Geral de Preços-Disponibilidade Interna (IGP-DI), coluna 2, publicado pela Fundação Getúlio Vargas, ocorrida entre a data final prevista para o pagamento e a data de sua efetiva realização.

SEÇÃO IX – DAS IMPUGNAÇÕES E DOS PEDIDOS DE ESCLARECIMENTOS

9.1. Até 5 (cinco) dias úteis antes da data fixada para recebimento dos documentos, qualquer pessoa poderá impugnar este ato convocatório, nos termos do art. 41 da Lei 8.666/93, devendo protocolar petição no endereço informado no preâmbulo deste Edital.

9.2. Decai do direito de impugnar os termos deste edital perante à Administração, o licitante que não o fizer até o 2º dia útil que antecede a data de abertura dos envelopes de habilitação.

9.3. Caberá à CPL julgar e responder ao pedido de impugnação em até 3 (três) dias úteis.

9.4. Acolhida a impugnação ao ato convocatório, será designada nova data para a realização do certame.

9.5. Os pedidos de esclarecimentos deverão ser enviados à CPL até 3 (três) dias úteis anteriores à data fixada para recebimento dos documentos, por meio do endereço eletrônico cpl@stf.jus.br ou fac-símile.

SEÇÃO X – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

10.1. Todo o material que venha a integrar os documentários selecionados neste Concurso deverá estar liberado de quaisquer restrições relativas a direitos autorais, de imagem e conexos, tanto de terceiros quanto dos profissionais envolvidos em seu desenvolvimento.

10.2. A inscrição no concurso implicará a aceitação tácita das normas contidas neste Edital.

10.3. O acompanhamento das publicações, avisos e comunicados referentes ao concurso é de responsabilidade exclusiva do candidato.

10.4. Não serão fornecidos atestados, declarações, certificados ou certidões relativos à habilitação, classificação, ou nota de candidatos, valendo, para tal fim, as publicações referentes ao concurso.

10.5. É de responsabilidade do candidato manter seu endereço, endereço eletrônico e telefone atualizados para viabilizar os contatos necessários, sob pena de, se for selecionado, perder o direito ao prêmio caso não seja localizado, situação em que será chamado o próximo selecionado do cadastro de reserva.

10.6. O Supremo Tribunal Federal não se responsabiliza por eventuais prejuízos ao candidato decorrentes de:

- a) endereço não atualizado;

- b) endereço eletrônico não atualizado;
- c) endereço de difícil acesso;
- d) correspondência devolvida por razões diversas de fornecimento e/ou endereço errado do candidato;
- e) correspondência recebida por terceiros.

10.7. Para efeito de contagem de início e fim dos prazos previstos neste Concurso, consideram-se os dias de expediente do Supremo Tribunal Federal.

10.8. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e em seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento.

10.9. Os casos omissos e as dúvidas suscitadas em qualquer fase do presente Concurso serão resolvidos pela Comissão Permanente de Licitação e pela Secretaria de Comunicação Social.

10.10. O Edital estará à disposição dos interessados na Comissão Permanente de Licitação, localizada no Supremo Tribunal Federal, Edifício Anexo I, 2º andar, Sala B-202, Praça dos Três Poderes, Brasília – DF, CEP 70.175-900, nos dias úteis, das 13h às 19h, e na internet para download, nos endereços eletrônicos: www.comprasnet.gov.br e www.stf.jus.br.

Brasília, 14 de outubro de 2013.

ARMANDO AKIO SANTOS DOI
Secretário de Administração e Finanças
Portaria GDG nº 245/2011

CONCURSO Nº 1/2013

ANEXO I DO EDITAL – PROJETO BÁSICO

1. OBJETO

1.1 O objeto do presente concurso é a seleção de 52 (cinquenta e dois) documentários brasileiros de média duração, com, no mínimo, 20 (vinte) minutos e, no máximo, 59 (cinquenta e nove) minutos, destinados à veiculação na TV Justiça pelo período de 24 (vinte e quatro) meses.

1.2 As obras audiovisuais versarão sobre os seguintes eixos temáticos: Direitos Humanos, Cidadania, Cultura e Diversidade, de acordo com as descrições constantes deste Projeto Básico e deste edital.

1.3 Considera-se, para fins deste Concurso:

- b) **DOCUMENTÁRIO BRASILEIRO** é a obra audiovisual, cinematográfica ou videofonográfica de não-ficção produzida por pessoa física e/ou jurídica brasileira, ou dirigida por diretor brasileiro, cujos argumentos e narrativas abordem temas ligados à realidade brasileira;
- c) **OBRA AUDIOVISUAL** é o produto da fixação ou transmissão de imagens, com ou sem som, que tenha a finalidade de criar a impressão de movimento, independentemente dos processos de captação, do suporte utilizado inicial ou posteriormente para fixá-las ou transmiti-las, ou dos meios utilizados para sua veiculação, reprodução, transmissão ou difusão;
- d) **OBRA VIDEOFONOGRÁFICA** é aquela cuja matriz original de captação é um meio magnético ou matriz de captação digital com capacidade de armazenamento de informações que se traduzem em imagens em movimento, com ou sem som;
- e) **OBRA CINEMATOGRAFICA** é aquela cuja matriz original de captação é uma película com emulsão fotossensível ou matriz de captação digital, cuja destinação e exibição sejam prioritariamente e inicialmente o mercado de salas de exibição;
- f) **DIRETOR** é aquele que dirige, artística e tecnicamente, a equipe e o elenco ou depoentes, por meio da análise e interpretação do argumento do filme, adequando-o à sua realização;
- g) **DOCUMENTÁRIO INSCRITO** é aquele cuja inscrição no concurso foi aceita, por cumprir todas as exigências determinadas neste edital, e será assistido pela comissão julgadora;

Supremo Tribunal Federal

Secretaria de Administração e Finanças

Proc. nº 352.312

Fl. nº _____

Serv.: _____

- h) **DOCUMENTÁRIO SELECIONADO** é aquele que, após analisado pela comissão julgadora, foi escolhido entre os 52 (cinquenta e dois) que terão a licença de exibição, não-inédita e não-exclusiva, adquirida pela TV Justiça mediante o pagamento da premiação prevista neste certame.

CONCURSO Nº 1/2013

ANEXO A DO PROJETO BÁSICO

EIXOS E TEMAS PARA OS DOCUMENTÁRIOS

Os documentários inscritos devem abordar um ou mais dos seguintes eixos e temas:

1- Eixo Direitos Humanos

Temas:

- a) direitos das minorias;
- b) trabalho infantil;
- c) trabalho escravo;
- d) exploração sexual;
- e) saúde;
- f) educação;
- g) moradia;
- h) liberdade de expressão.

2- Eixo Cidadania

Temas:

- a) segurança pública;
- b) biossegurança;
- c) inovações e soluções comunitárias;
- d) trânsito, transporte público e meios alternativos de transporte;
- e) sociedade organizada;
- f) meio ambiente e sustentabilidade.

3- Eixo Cultura

Temas:

- a) artes visuais;
- b) música;
- c) cultura popular;
- d) cultura regional;
- e) literatura;
- f) artes cênicas;
- g) vanguardas e experimentalismo;
- h) personagens ligados à cultura;
- i) arquitetura, urbanismo e intervenções no espaço urbano.

4- Eixo Diversidades

Temas:

- a) questões indígenas;
- b) comunidades quilombolas;
- c) questões raciais;
- d) imigrantes e/ou emigrantes;
- e) terceira idade;
- f) infância;
- g) juventude;
- h) questões de gênero;
- i) acessibilidade.

CONCURSO Nº 1/2013

ANEXO B DO PROJETO BÁSICO**FICHA DE INSCRIÇÃO**

TÍTULO DA OBRA	
TEMPO TOTAL	

FORMATO ORIGINAL	HDTV () DVCAM () BETACAM ANALÓGICA() MINIDV () 35MM () 16MM () OUTROS () Qual? _____
------------------	---

DIREÇÃO	
---------	--

TITULAR DOS DIREITOS PATRIMONIAIS	
CPF ou CNPJ DO TITULAR	

ANO DE PRODUÇÃO	
LOCAL DE PRODUÇÃO DO DOCUMENTÁRIO	

RESPONSÁVEL PELA INSCRIÇÃO	
----------------------------	--

ENDEREÇO	
----------	--

CONTATO TELEFÔNICO	
CORREIO ELETRÔNICO	

O responsável pela inscrição declara, neste ato, que todas as autorizações e licenças necessárias para a utilização da OBRA foram providenciadas e pagas, tais como: autorização para sincronização das músicas constantes da OBRA, licença de uso e/ou cessão dos direitos patrimoniais do autor e conexos, autorização de uso de imagem de todas as pessoas participantes ou de qualquer forma relacionadas à OBRA.

Assinatura do titular ou seu representante legal

CONCURSO Nº 1/2013

ANEXO C DO PROJETO BÁSICO

FICHA DE AVALIAÇÃO DA OBRA

CRITÉRIOS	PONTOS	OBS.	TOTAL OBTIDO
1. Desenvolvimento do argumento e aspectos narrativos			
1.1 – Adequação a um dos eixos temáticos.	A 5		
1.2 – Adequação ao perfil de programação da TV Justiça.	A 5		
1.3 – Potencial para atrair o interesse do público para o argumento.	A 5		
1.4 – Originalidade na abordagem do tema.	A 5		
1.5 – Propriedade da linguagem audiovisual.	A 5		
TOTAL PARA CRITÉRIO 1			
2. Análise da Técnica Audiovisual			
2.1 – Argumento e roteiro.	A 5		
2.2 – Direção do documentário.	A 5		
2.3 – Som e trilha sonora.	A 5		
2.4 – Fotografia.	A 5		
2.5 – Montagem.	A 5		
TOTAL PARA CRITÉRIO 2			
TOTAL PARA OBRA AUDIOVISUAL			

CONCURSO Nº 1/2013

ANEXO D DO PROJETO BÁSICO

TERMO DE LICENCIAMENTO

Pelo presente instrumento, _____, doravante denominada simplesmente **LICENCIANTE**, **AUTORIZA** o Supremo Tribunal Federal, com sede na Praça dos Três Poderes, Brasília - DF, CEP 70.175-900, inscrito no CNPJ sob o nº **00.531.640/0001-28**, adiante denominada simplesmente de **LICENCIADO**, a transmitir por meio dos canais da TV JUSTIÇA, nas condições aqui estipuladas, a **OBRA AUDIOVISUAL** abaixo descrita:

Título da obra	
Número x duração dos episódios	
Exibições permitidas	Indeterminadas, dentro do prazo de validade deste licenciamento.
Mídia autorizada	Em qualquer meio de transporte de sinal existente ou que venha a existir.

CONDIÇÕES GERAIS

- 1- A LICENCIADA fica autorizada a exibir, por meio de seu canal televisivo e de sua página na Internet, a OBRA acima indicada em todo território nacional, sem caráter de exclusividade.
- 2- A LICENCIADA não poderá editar ou exibir parcialmente, inserir ou retirar trechos, devendo preservar a composição do programa, com exceção do material necessário à edição de promocionais e chamadas de programação.
- 3- A LICENCIANTE declara, neste ato, que todas as autorizações e licenças necessárias para a utilização da OBRA, conforme estipulado neste instrumento, foram providenciadas e pagas, tais como: autorização para sincronização das músicas constantes da OBRA, licença de uso e/ou cessão dos direitos patrimoniais do autor e conexos, autorização de uso de imagem de todas as pessoas participantes ou de qualquer forma relacionadas à OBRA.
- 4- A LICENCIADA poderá utilizar da OBRA, nos termos desta licença, mediante pagamento de prêmio de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) ao qual faz jus a OBRA por ter sido selecionada por concurso público promovido pela LICENCIADA.
- 5- O presente instrumento vigorará pelo prazo de 24 (vinte e quatro) meses contados a partir da data de sua assinatura, podendo ser cancelado unilateralmente pela LICENCIADA, mediante comunicação escrita, com antecedência de 30 (trinta) dias, sem que seja devida qualquer indenização ou reparação de danos que venha sofrer a LICENCIANTE.
- 6- Esta licença é regida pelas leis em vigor no Brasil, ficando eleito foro da Justiça Federal, Seção Judiciária do Distrito Federal, para dirimir quaisquer dúvidas provenientes deste termo.

Brasília, de _____ de 2013

Titular dos direitos patrimoniais

Assinatura do Responsável Legal:

CONCURSO Nº 1/2013

ANEXO E DO PROJETO BÁSICO

DECLARAÇÃO

Eu, _____, carteira de
identidade n. _____, emitida por _____, CPF n.
_____, responsável pela empresa _____
_____, CNPJ n. _____,
declaro ser o detentor dos direitos patrimoniais da obra
_____, inscrita no Concurso nº
1/2013, tendo ainda todas as autorizações e licenças necessárias para a utilização da obra.

Brasília, de _____ de 2013.

Assinatura do titular dos direitos
patrimoniais da obra

CONCURSO Nº 1/2013

ANEXO F DO PROJETO BÁSICO

DECLARAÇÃO

Eu, _____, carteira de
identidade n. _____, emitida por _____, CPF n.
_____, responsável pela empresa _____
_____, CNPJ n. _____,

declaro que eu e os sócios da minha empresa não somos servidores do Supremo Tribunal Federal ocupantes de cargo efetivo (ativos nem inativos) ou de natureza especial, sócios ou trabalhadores de empresas que prestam serviços para o Supremo Tribunal Federal. Também informamos que não somos parentes consanguíneos ou afins até o terceiro grau dos integrantes da comissão julgadora ou membros da mesma.

Brasília, _____ de _____ de 2013.

Assinatura do titular dos direitos
patrimoniais da obra

CONCURSO Nº 1/2013

ANEXO G DO PROJETO BÁSICO

DECLARAÇÃO

Eu, _____, carteira de
identidade n. _____, emitida por _____, CPF n.
_____, responsável pela empresa _____
_____, CNPJ n.º _____
_____, declaro que o documentário que estou inscrevendo no 1º.
Concurso de Documentários da TV Justiça, com o nome _____
_____, jamais teve seu direito de exibição cedido ao
Supremo Tribunal Federal.

Brasília, _____ de _____ de 2013.

Assinatura do titular dos direitos
patrimoniais da obra